

# A GEOPOLÍTICA REGIONAL E A COVID-19<sup>1</sup>

Ariel Gonzalez Levaggi

## CONTEXTO

A COVID19 abalou a comunidade internacional por sua velocidade e alcance, de origem em Wuhan, na China, em novembro de 2019. Com a disseminação global da pandemia e a inexistência de uma vacina, a maioria da população humana vive sob diferentes regimes de isolamento social. Na América Latina e no Caribe, a pandemia ocasionou um número significativo de casos, com destaque para o Brasil, Peru, Equador, Chile e México, embora a maioria dos estados adotou regimes rigorosos de quarentena. No caso do Brasil, a ausência de políticas federais coordenadas favoreceu o crescimento acelerado da pandemia, cujo número de casos fica atrás apenas dos Estados Unidos.

Em termos internacionais, a crise gerada pela COVID19 não apresenta modificação, **mas uma aceleração das tendências geopolíticas globais**. Neste sentido, destaca-se a intensificação da rivalidade geopolítica entre os Estados Unidos e a República Popular da China, além das tensões com a Federação Russa, a intensificação das disputas no âmbito da segurança regional juntamente com a multiplicação dos conflitos armados por procuração (proxy-wars) no Oriente Médio e na Eurásia, o recuo do multilateralismo com suas ilhazinhas de governança global, paralelamente à instrumentalização da cooperação internacional, em especial, a "diplomacia das máscaras".

A região permanece **marginal** em relação aos interesses geopolíticos das grandes potências, devido à ausência de conflitos armados de alta intensidade e ao limitado peso regional na agenda internacional, especialmente após o retrocesso do Brasil no cenário internacional. Entretanto, as tensões geopolíticas em relação ao regime político na Venezuela e o acesso a seus recursos estratégicos, somados à proximidade do conflito interno não resolvido na Colômbia, são importantes desafios na era pós-COVID19. Embora a região seja periférica em termos de capacidades, ainda conta com uma reserva importante em matéria de poder normativo, devido à sua contribuição sustentada para a defesa das instituições democráticas, dos direitos humanos e da resolução pacífica de conflitos.

Salvo as questões de fronteira e migração no México e no Triângulo Norte, a agenda de política externa dos **Estados Unidos carece de interesse genuíno pela região**, além das ações tortuosas em relação à Venezuela. As consequências da crise gerada pela COVID19 no âmbito das **próximas eleições nos Estados Unidos** serão um fator chave para a agenda hemisférica. O nexos entre o peso do voto latino nos chamados swing states, como a Flórida, e as posições em relação à Venezuela e Cuba poderiam aguçar as ações coercitivas do governo Trump, especialmente em relação ao governo de Nicolás Maduro.

Apesar da delicada relação com o governo Bolsonaro, **Pequim procura somar-se a ações de apoio**, por meio do intercâmbio de experiências na luta contra a COVID19 e enviando supri-

mentos para países como a Argentina, o Chile e o México. No caso da República Popular da China, as **reações públicas de altos funcionários diplomáticos** a declarações críticas de autoridades políticas, como as do Chile ou do Brasil, são impressionantes. As demais potências tradicionais e não tradicionais extrarregionais, como os países europeus, a Rússia ou a Índia, limitaram suas ações na região, em razão das prioridades no âmbito interno.

A América Latina e o Caribe não ficaram imunes às consequências do novo cenário internacional. A crise da COVID19 também afetou diversas issues geopolíticas regionais, em especial, a **atomiização regional** expressa pela falta de lideranças e projetos coletivos, pela **crise do regionalismo** demonstrada em respostas regionais limitadas a questões técnicas face aos desafios coletivos enfrentados e pela **limitação dos recursos do estado**, devido tanto à redução do preço das commodities quanto à queda generalizada dos principais indicadores econômicos.

A COVID19 afetou diversos canais de transmissão – drivers – entre a geopolítica global e a regional. Em primeiro lugar, a **lógica da cooperação internacional** foi modificada devido à implementação de decisões unilaterais que afetam particularmente o funcionamento normal das relações bilaterais. No caso da região, a falta de articulação de posições nos fóruns regionais está associada à interrupção da livre circulação nas áreas fronteiriças. Além disso, a região carece de lideranças regionais capazes de propor uma ação articulada diante da crise atual.

No caso do Brasil, há uma clara falta de interesse nas instituições regionais por parte da administração Bolsonaro. Entretanto, é importante diferenciar entre os países que adotam **atitudes unilaterais** (por exemplo, Brasil, Peru e Bolívia) e aqueles que propõem **ações articuladas em âmbito multilateral**, como a bem sucedida iniciativa mexicana apresentada às Nações Unidas, para garantir o acesso global a insumos e equipamentos para enfrentar a COVID19.

Em segundo lugar, existe uma **diplomacia mais assertiva por parte da República Popular da China**, tanto em cooperação internacional na área da saúde como em uma preocupante intervenção nos assuntos internos. Pequim apresenta-se como exceção à retração atual no tocante à cooperação internacional, tanto através da sua oferta de doações e vendas de suprimentos de saúde, como em sua posição em relação à vacina da COVID19 como um bem público global.

Por último, a **queda nos preços (e quantidades) das commodities** – agrícolas e energéticas – decorrente da redução da demanda global mostra-se como um desafio estrutural nos orçamentos do Estado, afetando tanto a capacidade de resposta como a evolução dos principais indicadores socioeconômicos. A América Latina e o Caribe enfrentarão uma série de **consequências socioeconômicas** que irão afetar o crescimento econômico, aumentar a pobreza e o desemprego, além de aprofundar as desigualdades. Na esfera institucional, as medidas severas que foram impostas podem gerar uma **"tentação autoritária"** que afeta permanentemente as liberdades individuais e o papel da sociedade civil. Entre as capacidades do Estado e a incidência da sociedade civil, cada país processará as consequências da crise de forma diferente.

Neste contexto, existem riscos geopolíticos em três domínios: humanitário, econômico e social. No caso da **Venezuela**, as deficiências no sistema de saúde e segurança social aprofundarão a crise humanitária, embora durante o período de medidas de isolamento social e fechamento de fronteiras haja a expectativa de redução considerável dos fluxos migratórios. Diante desta situação, as tendências repressivas do governo Maduro se agravariam e, por este motivo, é importante ressaltar a importância de uma solução negociada para a atual crise institucional e humanitária. Em relação a **Cuba e outros países do Caribe (República Dominicana, Jamaica)**, o impacto econômico será consideravelmente maior, devido à interrupção da principal fonte de renda desses países, o turismo. Essa situação apresenta o risco potencial de uma profunda crise econômica, com graves consequências sociais. Nos casos de países que tiveram situações de protestos sociais generalizados em 2019, como **Chile e Equador**, as consequências da COVID19 poderiam agravar as tensões internas e afetar o funcionamento normal da vida institucional.

## RECOMENDAÇÕES

- ✚ Acompanhar as iniciativas multilaterais promovidas pelos países da região, especialmente as que enfatizam uma perspectiva universalista. Especificamente, destaca-se a necessidade de promover boas práticas de cooperação bilateral/multilateral em âmbito regional, com base na detecção e divulgação de casos de cooperação bem sucedidos em relação à crise da COVID19.
- ✚ Promover ações para expor as contribuições latino-americanas para a promoção de normas universais, como a defesa dos direitos humanos, das instituições democráticas e a resolução pacífica de conflitos internacionais.
- ✚ Promover a participação ativa da sociedade civil no âmbito multilateral, tanto no escopo do sistema das Nações Unidas como em fóruns regionais.
- ✚ Avaliar e monitorar as consequências da COVID19 no âmbito regional, especialmente as que possam levar ao aprofundamento das crises humanitárias, à desestabilização das instituições democráticas e a impactos sobre os direitos humanos.

## NOTAS

1) O autor agradece a Andrés Serbin, Eduardo Pastrana, Francisco Javier Sánchez, Andrei Serbin, Paz Milet, Juan Battaleme, Gilberto Rodrigues e Monica del Pilar Gómez por seus comentários valiosos e perspicazes.